

**A IDENTIDADE INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS: ESTUDO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS (1968-1981). Vera Lúcia de Carvalho Machado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.**

Após grave crise financeira-administrativa e acadêmica sofrida pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos anos 70, a comunidade acadêmica se organiza tendo em vista a promoção de mudanças na instituição.

O grande desafio colocado era a construção de uma nova Universidade cujas preocupações institucionais deveriam voltar-se preferencialmente para a recuperação do ensino e do trabalho pedagógico, razão de ser da instituição.

A partir do 2º semestre de 1980, o reitor e os vice-reitores pro tempore nomeados pelo Arcebispo e Grão Chanceler da Universidade iniciam ampla mobilização dos vários segmentos da instituição para análise da realidade e definição de propostas que promovessem as necessárias mudanças institucionais. Desencadeia-se amplo processo de participação da comunidade acadêmica, para a construção de uma nova Universidade.

As mudanças desejadas assentavam-se nos princípios de comunhão e participação, preconizados pela igreja católica para a América Latina e a comunidade acadêmica procurou, por meio da construção dos projetos pedagógicos das unidades acadêmicas viabilizar a Universidade que todos defendiam.

O primeiro documento ‘Diretrizes Gerais do Projeto Pedagógico’, aprovado pelo Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa em 15/08/81, foi o referencial orientador para a elaboração dos projetos pedagógicos das Faculdades e Institutos.

Em agosto de 1981, foi criada uma comissão especial de trabalho, ‘Equipe de Assessoria Pedagógica’ da Vice Reitoria Acadêmica. Essa equipe era composta pela assessora pedagógica da Vice Reitoria Acadêmica, por dois professores da Faculdade de Educação, um professor do Instituto de Filosofia e um professor de outra Universidade. Essa assessoria deveria oferecer subsídios às unidades acadêmicas para a elaboração dos projetos, garantindo a participação de todos.

Durante todo o segundo semestre de 1981 as unidades acadêmicas participaram da discussão e elaboração dos projetos pedagógicos e finalmente, na reunião do Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa, em 18 de dezembro de 1981, os membros da Assessoria Pedagógica apresentaram para o colegiado o relatório sobre os projetos pedagógicos que foram, nessa reunião, aprovados.

A dinâmica utilizada para a elaboração dos projetos, isto é, a participação de todos os seguimentos da Universidade, indica que foi realizado na instituição um Planejamento Participativo<sup>1</sup>, embora não se usasse essa

---

<sup>1</sup> O Planejamento Participativo apóia-se na idéia de transformação; a participação é uma necessidade humana, além de garantir que aconteça o que se planejou. “... o planejamento participativo tem a ver com opções de ordem ontológica, ética e política, mas também pragmática ... A autêntica participação é, muito concretamente, uma estratégia de superar a dominação e exclusão”. (Vasconcellos, 2000:92-3)

terminologia naquele momento. Assim sendo, pode-se ter como referencial para o estudo dos projetos a concepção apresentada por Vasconcellos (2000)

*“O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação” (Vasconcellos, 2000:169)*

Na PUC-Campinas o termo usado foi projeto pedagógico, diferentemente daquele conceituado por VASCONCELLOS. Considero, entretanto, que eles deverão ter o mesmo significado posto que, como assinala GADOTTI (2000:34), *“todo projeto pedagógico é necessariamente político. Poderíamos denominá-lo, portanto, apenas ‘projeto pedagógico’”*

São elementos constitutivos de um projeto pedagógico, o marco referencial, o diagnóstico e a programação.<sup>2</sup>

O marco referencial, constituído por outros três marcos: o marco situacional que significa a visão que se tem sobre a realidade mais ampla; o marco doutrinal, que é o ideal, o horizonte da instituição e O marco operativo, isto é, o campo de atuação estão presentes nos textos dos projetos pedagógicos elaborados.

A análise dos textos indica que os projetos pedagógicos da PUC-Campinas não mencionam a compreensão que as unidades acadêmicas ou os cursos possuíam a respeito da realidade social, política e econômica mundial ou brasileira, em especial.

Gandin (1994) acredita que, com o cuidado em não se perder nos problemas do cotidiano, é possível e útil apresentar no marco situacional **também** a realidade e a prática que as pessoas estão vivendo.

Os projetos pedagógicos, como aqui já mencionado, não apresentam a compreensão de mundo mas expressam a leitura que a comunidade acadêmica faz da realidade de sua área específica

Pelo que se observa, os projetos pedagógicos das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde e de Ciências Exatas não apresentam a visão de mundo que a comunidade acadêmica possuía, mas apresentam a compreensão relativa à própria área. A leitura, entretanto, indica, ainda que superficialmente, a visão de mundo implícita nos projetos, ou seja, a sociedade brasileira em crise, marcada pela precariedade de vida da maioria da sua população e pela existência da miséria e perda do poder econômico, não indicando, no entanto, as causas que provocam essa realidade. Assim, ao afirmar a existência dessa realidade adversa, negam existir uma sociedade que oferece condições de vida favoráveis à sua população.

Além disso, é possível perceber que, quando os projetos se referem às problemáticas específicas da área, o fazem mencionando a realidade social e econômica, o que demonstra uma leitura contextualizada. Assim, a atuação

---

<sup>2</sup> Vasconcellos (2000) acompanha a estrutura de Projeto Educativo da Equipe Latino-Americana de Planejamento (ELAP), na vertente brasileira do Prof. Danilo Gandin. Assim sendo, o referencial teórico destes dois autores foi utilizado, para a análise dos Projetos Pedagógicos elaborados na PUC-Campinas.

dos profissionais das áreas é entendida como prática social limitada pelas condições sócio-históricas, e a formação desses profissionais e os conhecimentos específicos estariam comprometidos com os interesses de classes privilegiadas.

Na área de Ciências Humanas, a leitura é afunilada para a instituição universitária. Outros trechos dos projetos, entretanto, os quais não se constituem marco situacional, têm nas entrelinhas uma leitura de mundo.

Assim sendo, considero que a compreensão de sociedade na área de Humanas acompanha a das outras duas áreas já abordadas.

No marco doutrinal não há resposta para o ideal de homem e de sociedade ao longo de todos os projetos pedagógicos, como também não se localiza nos mesmos nenhum quadro teórico que oferecesse essa resposta; em projetos da área de Ciências Humanas há a explicitação da educação desejada.

Por outro lado, tendo em vista que os Projetos Pedagógicos traçam o perfil do profissional<sup>3</sup> que desejam formar, na descrição desse perfil com certeza estaria implícita a concepção de homem<sup>4</sup>.

Pelo que se apresenta registrado nos projetos, o ideal de homem seria aquele com compreensão crítica da sua realidade e comprometido com a mudança social. Além disso, ao ser explicitado o que significa criticidade ou postura crítica, se esclarece que ele reconhece as contradições da sociedade e busca, na sua ação, a transformação social. Por extensão, pode-se deduzir que a sociedade é compreendida como algo em movimento, criada pela ação dos homens, portanto histórica. Desse modo, identifica-se uma compreensão dialética de homem e de sociedade.

No que se refere à concepção de educação, encontra-se nos projetos pedagógicos da área de Ciências Humanas sua explicitação: a educação libertadora, que é comprometida com a emancipação das classes dominadas, o que indica uma compreensão crítica da ação educativa, isto é, o reconhecimento da sua dimensão política.

Segundo Vasconcellos (2000:184) o marco operativo “*diz respeito a três grandes dimensões do trabalho escolar, a saber: Dimensão Pedagógica, Dimensão Comunitária e Dimensão Administrativa*”. Nos projetos pedagógicos das três áreas de conhecimento, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas, muitas são as ações desejadas e explicitadas nesses projetos. Não apenas essas ações, mas também o que se atribui como dever da Universidade está presente nos projetos.

Ainda que poucos projetos tratem da Universidade, a orientação neles contida expressa a especificidade da instituição, que é a ação educativa, voltada para a formação de profissionais, para a produção de conhecimentos e para a crítica aos conhecimentos existentes. Além disso, defende-se o compromisso com a comunidade, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

---

<sup>3</sup> Selecionei apenas trechos que tratam de posturas, habilidades, atitudes e compromisso do profissional. Desconsiderei trechos descritivos do trabalho desenvolvido pelo profissional

<sup>4</sup> Ao analisar o compromisso do profissional, Paulo Freire (1983) assinala que ele, antes de ser profissional é homem. Portanto, considero que no perfil do profissional apresentado nos Projetos Pedagógicos está implícito a compreensão que se tem de homem.

Essa orientação geral para a Universidade articula-se com o marco doutrinal, posto explicitar que, tanto a produção de conhecimento quanto a formação do profissional, estariam voltadas para a intervenção na realidade política-econômica-social devendo, o envolvimento com a comunidade, comprometer-se com o conhecimento da mesma, tendo em vista a ação a ser desenvolvida..

Na dimensão pedagógica, estão expressas as ações desejadas para a formação do aluno, para a organização curricular e para a pesquisa.

No que se refere à formação do aluno, observa-se a ênfase na formação humanística e na abordagem crítica dos conhecimentos; isto parece ser priorizado nas orientações curriculares, garantindo-se assim, coerência entre formação pretendida e proposta curricular.

Observa-se que alguns projetos pedagógicos assinalam o horizonte para a pesquisa e neles dois aspectos são notados: a sua relação com as necessidades da comunidade e o vínculo que se reconhece entre a pesquisa e o ensino, embora a pesquisa não fosse uma prática desenvolvida na instituição.

Como já assinalado, o marco operativo também se refere às opções quanto ao envolvimento com a comunidade. Na dimensão comunitária, as ações desejadas estão voltadas para os professores, alunos e à comunidade externa:

Para a comunidade interna, o que se pretende nos projetos é a participação de professores e alunos nas discussões e decisões institucionais. Em relação à comunidade externa o que se deseja é conhecê-la, tendo em vista desenvolver ações que atendam às suas necessidades.

Do ponto de vista administrativo, a leitura feita registrou o fato de que as opções voltam-se particularmente para a capacitação e contratação dos docentes, além da viabilização da participação da comunidade acadêmica.

Pelo conteúdo dos projetos pedagógicos aqui apresentados, foi possível elencar dados, ainda que não sistematizados e aprofundados, que permitem a identificação do marco referencial, conforme indicação de Gandin e Vasconcellos.

Desta forma, o **marco referencial** dos projetos pedagógicos apresenta as seguintes idéias:

- a sociedade brasileira passa por uma crise econômica, social e política, constituindo-se como uma sociedade desigual, marcada por sérias injustiças sociais;

- a realidade social é construída pela ação dos homens e portanto, a superação das desigualdades exige que eles possuam compreensão crítica da realidade, identificando os mecanismos que impedem o atendimento às necessidades da população.

- a Universidade, por intermédio do ensino e da pesquisa, tem o compromisso de contribuir para a formação de profissionais críticos e competentes, cuja ação se voltará para o interesse da maioria da população e para uma mudança social.

- a educação necessária é a educação libertadora que possibilita, pelo conhecimento crítico da realidade social e pela reflexão sobre essa realidade, a formação de homens comprometidos com a transformação social.

- a formação humanística deve ser priorizada, possibilitando ao aluno a consciência crítica e a competência teórica e prática na área de atuação.

- os cursos se organizarão em torno de um conjunto sistematizado de conhecimentos que favoreçam a formação indicada, bem como possibilitarão oportunidades de contato com a realidade social e profissional.

- a participação da comunidade acadêmica deve ser garantida na instituição, possibilitando a coerência com a educação libertadora, que pressupõe o diálogo.

- com a comunidade externa há o compromisso com a prestação de serviços, garantindo-se a articulação da instituição com a sociedade.

- a revisão do Estatuto deve possibilitar a participação da comunidade acadêmica, bem como promover alteração na contratação de docentes e no seu regime de trabalho.

Como abordei no início, devem também ser contemplados no projeto pedagógico o diagnóstico e a programação.

O diagnóstico, “*está sendo entendido não num sentido difundido no senso comum educacional como ‘levantamento de dificuldades ou dados da realidade’, mas no sentido mais preciso de localização das necessidades da instituição, a partir da análise da realidade e/ou do confronto com um parâmetro aceito como válido*” (Vasconcellos, 2000:188). Assim sendo, o diagnóstico estaria necessariamente articulado com o conhecimento da realidade e o seu julgamento.

O diagnóstico dos projetos pedagógicos elaborados pelas unidades acadêmicas e/ou cursos aponta para necessidades de natureza administrativa, relacionadas à contratação de professores e de natureza acadêmica, que dizem respeito às condições adequadas para a realização das atividades dos cursos

O diagnóstico levanta como necessidades administrativas a contratação dos docentes e seu regime de trabalho, além da melhoria do espaço físico. Do ponto de vista acadêmico, aponta necessidades relacionadas às atividades de ensino, ao processo seletivo para ingresso nos cursos e capacitação dos docentes.

No diagnóstico percebe-se o predomínio de preocupações ligadas à contratação dos docentes e ao seu regime de trabalho, indicando-se mudanças nesse aspecto. Também predomina a indicação de mudança na grade curricular dos cursos.

A programação, outro item que deverá estar presente em um Projeto Pedagógico, “*é uma proposta de ação para diminuir a distância entre a realidade da instituição planejada e o que estabelece o marco operativo*” (Gandin, 1994:103); deverão estar presentes apenas as propostas de ação que poderão ser executadas pois, muitas vezes, os recursos disponíveis não possibilitam atender a todas as necessidades da instituição.

Na programação observa-se a indicação de ações voltadas para o processo de ensino e aprendizagem, para o desenvolvimento de projetos, mas predominam ações dirigidas à reformulação curricular.

Assim sendo, embora também predomine no diagnóstico, a problemática da contratação de docentes e o seu regime de trabalho não são contemplados na programação das ações voltadas para ela. As ações a serem empreendidas, portanto, atendem apenas em parte ao diagnóstico.

Do ponto de vista da concepção e dos componentes de um projeto pedagógico, conforme o preconizado por Vasconcellos e Gandin, é possível afirmar que os projetos pedagógicos da PUC-Campinas atendem ao que defendem esses autores. Porque:

1- O projeto pedagógico das unidades acadêmicas e/ou cursos é a sistematização do planejamento participativo, como já mencionei, a elaboração dos projetos ocorreu por meio da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, especialmente de, professores e alunos.

2- Os projetos pedagógicos estão vinculados a um projeto histórico e social; as ações educativas a serem desenvolvidas pelas instituições, quer nas atividades de ensino, quer nas de pesquisa, articulam-se com a intencionalidade do projeto, com o fito de contribuir para a formação de homens críticos e reflexivos, que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Estes projetos foram entendidos como o caminho privilegiado para a reconstrução da Universidade, vale dizer, como o elemento que faltava para que ela cumprisse sua função social. Os projetos pedagógicos, naquele momento, em verdade favoreceram:

- 1) o trabalho acadêmico, valorizando-o

A elaboração dos projetos pedagógicos se constituiu naquele momento como a possibilidade de garantir a discussão do acadêmico, mudando o foco de atenção da comunidade, muito preocupada com as dificuldades financeiras, e voltando esse foco para o que deveria ser a primeira preocupação da instituição, isto é, o trabalho educativo, seu objetivo precípuo.

A idéia fundamental era que qualquer ação voltada à adequação do orçamento só teria sentido se baseada no trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Isto é, por intermédio das definições educativas e pedagógicas pensar-se-ia no financeiro. Tratava-se, então, de subordinar o financeiro ao pedagógico, o que certamente era o grande desafio.

Considero que, sem dúvida, esta foi uma forma de poder controlar os “cortes” de recursos materiais e humanos que eventualmente poderiam ocorrer na instituição.

- 2) a participação da comunidade universitária

A comunidade universitária passou longos doze anos impedida de participar das decisões da instituição. Dessa forma, a possibilidade de participar do processo de mudança da PUC-Campinas era a comprovação de que ela estava mudando e isto tinha naquele momento histórico, uma importância fundamental para a conquista do espaço democrático.

Assim, os projetos, ao mesmo tempo que criaram condições para a participação da comunidade acadêmica, foram produtos dessa participação. Como produto, eles refletem, na diversidade dos conteúdos, a heterogeneidade existente quanto à compreensão sobre a Universidade e quanto às expectativas de mudanças. Pode-se afirmar, no

entanto, que, prioritariamente, a reestruturação curricular constituiu-se, naquele momento, o caminho para a mudança institucional.

### 3) a legitimação de uma nova proposta para a universidade

O fato de o conteúdo dos projetos representarem as intenções e as opções da comunidade universitária, isto é, daqueles que estão construindo a instituição no seu dia-a-dia, dava-lhes a legitimidade necessária para garantir sua viabilização e, por extensão, as transformações acadêmico-administrativas da instituição.

Naquele momento histórico, a definição coletiva do projeto para a universidade, permitia acreditar que todos estariam unidos em torno dos compromissos nele definidos e na defesa de sua execução. Fica a dúvida, no entanto, quanto à articulação do acadêmico e do administrativo posto que, pelos dados coletados, estes acabaram sendo tratados de modo compartimentalizado.

Quanto às indicações que os projetos apresentavam posso concluir que:

- À PUC-Campinas cabia, dada sua realidade histórica, assumir o trabalho educativo que lhe era próprio como instituição universitária. Isto significava dedicar-se não só ao ensino, como foi sua tradição, mas também à pesquisa e extensão, o que certamente criava novas exigências para a instituição tanto do ponto de vista acadêmico quanto administrativo.

- A atividade educacional deveria estar assentada nos princípios da educação libertadora, o que significava promover, pela ação educativa, o desenvolvimento do conhecimento crítico da realidade social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Assim sendo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na universidade deveriam ter esse compromisso social, e os projetos voltados para o atendimento da realidade social teriam prioridade.

- A formação dos alunos, independentemente da área de estudo, deveria possibilitar um conhecimento crítico da realidade social brasileira e sólida formação específica, de modo a poder atender às necessidades sociais do trabalho. Disto se deduz que não seria possível uma formação aligeirada dos profissionais, mas, ao contrário deveria a Universidade possibilitar a formação integral do aluno. Conseqüentemente, a proposta curricular dos cursos deveria possibilitar a formação humana e profissional do aluno, pela abordagem interdisciplinar dos conteúdos de ensino e o acesso à realidade do trabalho desde o início de sua formação.

- Decorrente do que foi exposto acima, tomava-se fundamental a mudança no regime de trabalho dos docentes. Era necessário que os professores deixassem de ser contratados por hora aula e passassem a ter um contrato de trabalho de tempo parcial ou integral, tendo em vista o atendimento ao aluno, a realização de pesquisa e atividades de extensão.

- Reorganização do espaço físico, incluindo as clínicas e laboratórios para atender à formação desejada. Apesar de todo o investimento realizado pela administração anterior, a Universidade não tinha espaço adequado para os cursos, de modo a garantir a qualidade do trabalho acadêmico e a integração de alunos e professores.

- Priorizar na destinação dos recursos existentes, aqueles projetos voltados para a qualidade do ensino (proposta curricular, recursos pedagógicos, espaço físico), para a capacitação dos docentes (convênios e condições efetivas para a realização de cursos) e para os projetos de extensão ou pesquisa comprometidos com o atendimento das classes menos favorecidas da sociedade.

Certamente não esgotei aqui todas as indicações contidas nos projetos pedagógicos elaborados, os quais a meu ver deveriam orientar as decisões administrativas e financeiras da instituição. A compreensão processual de projeto possibilita dizer que outras indicações e exigências deveriam ser produzidas no movimento de sua construção.

Além dessas indicações dos projetos que tinha como objetivo explicitar, foi possível perceber no estudo, como, por intermédio dos projetos se recuperou o caráter confessional da instituição. Ele possibilitou a “volta aos princípios”, conforme assinalava o Arcebispo e Grão Chanceler da Universidade.

Os princípios contemplados nos projetos referem-se àqueles explicitados pelo pensamento católico para a Igreja latino-americana e suas universidades, ou seja, a valorização da pessoa humana, o compromisso com sua libertação, o diálogo e a participação, o trabalho comunitário e o compromisso com a construção de uma sociedade mais humana.

No caso da PUC-Campinas, os projetos pedagógicos, mesmo com todas as limitações daquele momento histórico, demonstraram o poder transformador da comunidade acadêmica, que permitiu definir, com base nas condições existentes, um outro projeto para a universidade, muito distante daquele que serviu aos interesses da ditadura militar e coerente com os compromissos cristãos de participação e comunhão.

Outra conclusão possibilitada por este estudo é que os projetos não se constituíram simples recurso técnico-pedagógico, predefinido. A definição pela sua elaboração passou pela compreensão dos mesmos como produto humano, portanto, carregado de sentido político e ideológico.

Dessa forma, os projetos possibilitaram a definição coletiva do *modelo conceitual, doutrinário e filosófico*, cuja ausência havia sido assinalada no documento “A crise Financeira da PUCC”, o qual a pesquisa detectou como a unidade que perpassa todos os projetos.

Este estudo vem confirmar a possibilidade de ter-se como objeto de conhecimento na História da Educação a instituição educativa, diversificando e ampliando os objetos de estudo e as fontes comumente usados nas pesquisas desta área. Da instituição foi possível, acredita-se, por meio da organização e interpretação das fontes consultadas e da recuperação da memória de muitos e significativos atores, construir um conhecimento histórico, identificando sua dimensão política e acadêmica.

## Bibliografia

### FONTES PRIMÁRIAS

#### a) Atas das reuniões dos colegiados da PUC-Campinas

##### Do Conselho Universitário

121 (cento e vinte e uma) atas das reuniões realizadas no período compreendido entre o 2º semestre de 1968 até o 1º semestre de 1982. Atas nº 45 a 165.

##### Do Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa

62 (sessenta e duas) atas das reuniões realizadas no período de abril de 1972 a maio de 1982. Atas nº 01 a 62.

##### Documentos da PUC-Campinas

Relatório Histórico da Universidade. Campinas, 06 de fevereiro de 1978. 43p.

LOPES, Gilberto Pereira. Mensagem à Universidade na Páscoa de 1980. 06/04/1980.

REGINA, Heitor. À Comunidade Universitária. PUCC, Gabinete do Reitor. 01/10/1980.

REGINA, Heitor. À Comunidade Universitária (nº 2/80) PUCC, Gabinete do Reitor. 03/10/1980.

REGINA, Heitor. À Comunidade Universitária (nº 3/80) PUCC, Gabinete do Reitor. 07/10/1980.

REGINA, Heitor e PÁDUA, Darcy. À Comunidade Universitária (nº 4/80) PUCC, Gabinete do Reitor e SCEI. 13/10/1980.

Crise Financeira da Universidade. PUCC. Reitoria. 07/1981.

À Comunidade Universitária (nº 2/81) PUCC. Reitoria. 03/08/1981

À Comunidade Universitária (nº 4/81) PUCC. Reitoria. 14/08/1981.

À Comunidade Universitária (nº 5/81) PUCC. Reitoria e SCEI. s.d.

Diretrizes Gerais do projeto pedagógico. PUCC. VRAAc. Aprovado na 56ª reunião do Concep em 15/08/81.

Da crítica à proposta. A Universidade como. PUCC. VRAAc. Equipe de Assessoria Pedagógica. 03/09/1981.

Deliberações sobre o Projeto Pedagógico. Apropucc. out/81.

Posicionamento do Conselho de Representantes da APROPUCCE em relação ao projeto pedagógico. Apropucc. out/81.

Relatório de Atividades da Equipe de Assessoria Pedagógica. Of.401/81 de 17/12/1981.

### FONTES SECUNDÁRIAS

#### 1. Livros, artigos e teses

*A UNIVERSIDADE Católica no mundo de hoje.* Documento dos Delegados das Universidades Católicas (Roma, 20/29 de novembro de 1972). ABESC, s.d. 21p.

BLOCH, Marc. *Introdução à História.* Portugal: Publicação Europa América, Lda, 1997. 2289p.

BOUTINET, Jean Pierre. *Antropologia do projeto*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 347p.

CAMARGO, Alzira L. Carvalhais. *O Processo de reestruturação da PUCCAMP: a contribuição do “Projeto Pedagógico” – (1981-1984)*. Campinas, 1989. 157 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP.

*EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina*. Conclusões da Conferência de PUEBLA. Puebla de los Angeles, México, 27/1 a 13/2 de 1979. SP: Edições Paulinas, 1979. 359p.

FREI BETTO, *Diário de Puebla*. 2.ed. RJ: Edit. Civilização Brasileira S.A, 1979. 272p.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 9.ed. RJ: Paz e Terra, 1983. 79p.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org.) *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 3.ed. SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. 166p.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. 5.ed. SP: Ed. Loyola, 1983. 109p.

\_\_\_\_\_. *A prática do planejamento participativo*. 9.ed. Petrópolis/RJ. Vozes, 2001. 182p.

\_\_\_\_\_ e GANDIN, Luís Armando. *Temas para um projeto político pedagógico*. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. 176p.

*OS CRISTÃOS na universidade*. Seminário de Peritos e Encontro Episcopal, Buga, 1967. Departamento de Educação e Pastoral Universitária – CELAM. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968. 61p.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico. Como construir o projeto político pedagógico a escola*. SP: Cortez Editora, 2001. 157p.

SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei (org.) *História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999. 150p.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. Documentário completo da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, v.1 (5): 642-750, nov.68.

SEVERINO, Antônio J. *Educação, ideologia e contra ideologia*. SP: EPU, 1986. 106p.

\_\_\_\_\_ O projeto político pedagógico: a saída para a escola. *Revista de Educação AEC*. nº 107. Brasília. 1998. p. 81-91.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. Elementos metodológicos para elaboração e realização*. 7.ed. SP: Libert, 2000. 205p.